



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

RICARDO JOSÉ DA SILVA

A AVALIAÇÃO DO ALUNO DA EJA NO CONTEXTO ESCOLAR

GUARABIRA – PB
2014

RICARDO JOSÉ DA SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Ms. José Otávio da Silva

GUARABIRA – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586a Silva, Ricardo José da
A avaliação do aluno da EJA no contexto escolar [manuscrito]
: / Ricardo José da Silva. - 2014.
31 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Me. José Otávio da Silva, Departamento
de Educação".

1. Avaliação. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Ensino-
aprendizagem. I. Título.

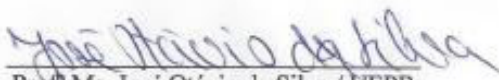
21. ed. CDD 374


RICARDO JOSÉ DA SILVA


A AVALIAÇÃO DO ALUNO DA EJA NO CONTEXTO ESCOLAR

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 19/07/2014


Prof. Ms. José Otávio da Silva / UEPB
Orientador


Prof.ª Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira / UEPB
Examinadora


Prof.ª Ms. Vanusa Valério dos Santos / UEPB
Examinadora

Dedicatória

Em especial a minha filha Rayellen Jamily, a quem amo muito desde o seu nascimento até os dias atuais. Aos meus pais que sempre me deram apoio total e a minha esposa Raquel.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, que me deu a vida.

Ao meu orientador Prof^o Ms. José Otávio da Silva a quem quero agradecer por tudo, pois sem ele, não teria conseguido.

Aos meus colegas de curso.

A todos um muito obrigado!

RESUMO

Atualmente as escolas enfrentam o desafio de preparar o educando para a vida em uma sociedade cada vez mais complexa, provendo seu crescimento intelectual e pessoal, garantindo assim exercício pleno da cidadania. Da educação básica, o ensino médio é o principal responsável pela preparação para o trabalho, onde são passados os conhecimentos científicos e a formação para o mundo do trabalho. Necessitando, por isso, de métodos de ensino que explorem os conhecimentos dos alunos, promovendo ações interdisciplinares e prática de acordo com a realidade de cada um, principalmente quando se trata de processo de avaliação, uma vez que avaliar o aluno da Educação de Jovens e Adultos – EJA requer práticas diferentes daquelas empregadas no ensino regular. Nesta perspectiva e tendo em vista que a tarefa de avaliar deve começar no primeiro dia de aula, que o educador deve traçar seu plano de aula baseado nas informações repassadas pelos seus alunos para que seu trabalho esteja condizente e alicerçado em dados reais e informações sobre os educandos é necessário que haja uma integração entre os critérios determinados pelo professor e o processo de avaliação. Portanto, o presente trabalho analisa a avaliação no processo ensino-aprendizagem na modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos, baseado em estudiosos como: Luckesi, Hoffmann, Freire, Gadotti e outros.

Palavras – Chave: Avaliação. Educação Jovens e Adultos. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

Currently schools face the challenge of preparing the learner for life in an increasingly complex society, providing their intellectual and personal growth, thus ensuring full citizenship. Basic education, secondary education and primarily responsible for the preparation for the work, which are passed scientific knowledge and training for the world of work. Need, therefore, of teaching methods that explore students' knowledge, actions and promoting interdisciplinary practice according to the reality of each, especially when it comes to the evaluation process, once the student evaluate the Youth and Education Adults - EJA, requires different practices from those employed in regular education. With this in mind and considering that the task of evaluating should start on the first day of class, the teacher must draw your lesson plan based on information passed on by his students for his work is consistent and grounded in real data and information on students there needs to be an integration of the criteria determined by the teacher and the evaluation process. Therefore, this paper analyzes the evaluation in the teaching-learning process in EJA mode - Youth and Adults, based scholars as Luckesi, Hoffmann, Freire, Gadotti and others.

Words - Key: Evaluation. Young education e Adult. Teach-learning.

SUMÁRIO

Resumo	
Abstract	
Introdução	10
1. Sobre a Educação de Jovens e Adultos: Discutindo seus conceitos	12
1.1. Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	12
1.2. A Avaliação Escolar – Pressupostos teórico-metodológico.....	14
1.2.1 A Avaliação diagnóstica.....	14
1.2.2 A Avaliação formativa.	15
1.2.3 A Avaliação Somativa.	16
1.3 A Avaliação no processo de ensino de Jovens e Adultos.	17
2 - O Equívoco da infantilização do Adulto: Concepção da educação sobre os alunos da EJA.	19
2.1 As funções sociais da Escola.	21
2.2 A EJA e a formação para o trabalho.	24
3- EJA: Um olhar sobre o contexto observado.....	26
3.1 O que pensa os educadores sobre o Processo de Avaliação na EJA.	28
Considerações Finais.	30
Referências.	32

INTRODUÇÃO

A avaliação é um dos elementos do processo de ensino e de aprendizagem. Portanto, não podemos considerá-la como um complemento e sim como parte integrante no processo de ensino.

Quando pensamos na avaliação como um todo devemos estabelecer critérios a partir da análise da realidade existente em sala de aula, das dificuldades do indivíduo, do conhecimento e desempenho frente às tarefas propostas.

Devemos pensar na avaliação como algo prazeroso e não como bicho papão, a avaliação deve ser vista como agente facilitador na aprendizagem dos alunos, buscando um maior comprometimento com o processo, uma vez que a avaliação exerce uma poderosa influência sobre a aprendizagem e os alunos são influenciados através do tipo de avaliação que é realizada.

Sabemos que os alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA são pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada por algum motivo, seja pela falta de oportunidade, seja pelo processo de exclusão historicamente presente na sociedade brasileira. Esses alunos devem ter uma atenção maior, pois é fácil encontrar alunos com dificuldade e até muitas vezes desestimulados devido ao processo avaliativo, que acaba não avaliando a aprendizagem dos mesmos.

Verificou-se também, que esses alunos são pessoas que tem idades diversificadas e que estão em busca de uma aprendizagem para sua progressão funcional e até mesmo pela satisfação pessoal.

É fácil perceber que ao longo do tempo, o mercado de trabalho passou a exigir mão-de-obra qualificada e alfabetizada, com isso, as pessoas estão cada vez mais se alfabetizando. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de avaliar bem, com clareza respeitando as diferenças de cada um. O professor da EJA é muito importante para aprendizagem do aluno adulto pois muitas vezes se espelham na figura do professor. Daí a necessidade do professor está sempre se atualizando, procurando conhecer melhor a proposta da EJA e aplicar seus conhecimentos com precisão.

Considerando que a avaliação exerce um papel de grande valia na aprendizagem, que os alunos direto ou indiretamente são influenciados através do tipo de avaliação que é

realizado, pretendemos analisar com este estudo, a avaliação no processo ensino-aprendizagem na modalidade EJA (Ensino de Jovens e Adultos).

Capítulo 1 – Sobre a Educação de Jovens e Adultos: Discutindo seus conceitos

A conceituação da Educação de Jovens de Adultos é muito diversa. Associa-se EJA à Educação Noturna, Educação Popular, Educação Comunitária, Educação não Formal, Ensino Supletivo, dentre outros. Observamos que estes conceitos estão atrelados à mesma, porém não a definem. Mas o que é EJA, qual o seu objetivo/função? A essas perguntas vamos tentar esclarecer um pouco.

Segundo a LDB, seção V, artigo 37 : A educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. A idade mínima para cursos a nível Fundamental é de 15 anos e a nível Médio 18 anos. Identificamos que em sua grande maioria estes alunos tiveram passagens anteriores à escolas, porém foram fracassadas e/ou acidentadas por demandas sociocultural dos mesmos; evadiram por necessidade de trabalho, questões de exclusão por raça, gênero, questões geracionais, dentre outras.

Segundo o Projeto em Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo da vida SEC-BA/2009: A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação p. 11.

1.1- Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos. A ampliação da educação elementar foi impulsionada pelo governo federal, que traçava diretrizes educacionais para todo o país, determinando as responsabilidades dos estados e municípios. Tal movimento incluiu também esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino elementar aos adultos, especialmente nos anos 40.

A instauração da Campanha de Educação de Adultos deu lugar também à conformação de um campo teórico-pedagógico orientado para a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Nesse momento, o analfabetismo era concebido como causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do país. Essa concepção legitimava a visão do adulto analfabeto como incapaz e marginal, identificado psicologicamente e socialmente com a criança.

Há dez anos, são realizados fóruns de EJA no Brasil, esses fóruns são realizados para discutir direitos à educação de qualidade social para todos. Apesar de todos os problemas levantados, a EJA no Brasil veio à pauta das discussões, nos dois últimos governos, sobretudo no MEC e nas universidades, tanto na extensão quanto na pesquisa. Houve crescimento visível, principalmente quanto à importância da alfabetização e da escolarização. De parte de educandas (os) e de educadoras (es) de EJA, embora não exista a consciência do direito tal como se inscreve na lei, as(os) primeiras(os) vêm, desde o Mobral, fazendo matrícula em diferentes programas, para construir seu processo de letramento (X Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos).

No exercício de 2005, o Sudeste era responsável por 44,5% do total dos gastos municipais com educação. A região Nordeste aparecia em segundo lugar no volume de investimentos, com 24,9%, seguida pela região Sul (16,6%). Centro-Oeste e Norte fizeram os menores gastos com educação no país, 7,4% e 6,5%, respectivamente. Educação consumiu, em 2005, 20% do total de gastos da administração municipal. A maior parte desses recursos (81%) destinou-se ao ensino fundamental, que fica a cargo das prefeituras, 14,3% à educação infantil, 1,7% à educação de jovens e adultos, 1,1% ao ensino médio e superior e 0,5% à educação especial.

Segundo dados do IBGE em pesquisa realizada no ano de 2006, possuíam Plano Municipal de Educação, em 2006, 1.724 municípios brasileiros. Os planos contemplavam na maior parte dos municípios a educação de jovens e adultos, com destaque para o Nordeste, onde atingiu 91,3% dos municípios, enquanto esteve menos presente na região Sul (80,7%). A principal ação de melhoria da educação apontada na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic foi a capacitação de professores, adotada por 85,2% dos municípios pesquisados. Seguida por medidas de redução da evasão escolar (60,3%), por programas de assistência escolar (50,5%), em saúde, alimentação e material didático, e melhorias no transporte escolar (48,8%) (IBGE, 2006).

1.2- A Avaliação Escolar – Pressupostos teórico-metodológico

A avaliação é um processo de produção de informações sobre o processo de aprendizagem. Em momentos diferentes, a avaliação dá-nos informações de tipo diverso. A aprendizagem, por outro lado, é um processo dinâmico em que os sujeitos com capacidades diferentes são motivados a desenvolver determinados comportamentos. Na sua função de regular o processo de aprendizagem é a avaliação que fornece os dados para o formador adequar as suas práticas aos resultados obtidos ao longo do processo. Assim iremos falar de diferentes tipos de avaliação consoante a sua finalidade e o momento da sua aplicação ao processo.

Os três tipos de avaliação – diagnóstica, formativa e sumativa - são essencialmente formas de obter informações de conteúdo diferente e que se complementam.

1.2.1 - A avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica destina-se a verificar se os formandos estão na posse de conhecimentos, aptidões ou capacidades necessárias à aprendizagem da unidade ou módulo seguinte.

Este tipo de avaliação é essencial na definição de um perfil de entrada em qualquer programa de formação e na seleção de candidatos à formação.

Os formadores devem também aplicar instrumentos de avaliação diagnóstica para se certificarem da adequação das estratégias ao grupo, como motivação dos formandos e, ainda, para se inteirarem das aprendizagens já possuídas por estes.

A formação ganha em eficácia se cada formador planear as sessões com base no conhecimento real do nível de aprendizagens e experiências dominadas pelos seus formandos e não insistir em temas já versados.

Fundamental, é definir para cada módulo/tema os pré-requisitos necessários.

Com base nos objetivos e nos conteúdos de formação o formador define os pré-requisitos do módulo e elabora testes para avaliar a posse destes pré-requisitos.

Os testes diagnósticos incidem sobre um núcleo restrito de objetivos, sobre os quais se elaboram várias perguntas. São testes de análise em profundidade.

Normalmente o formador elabora itens sobre o módulo novo num teste diagnóstico, com o fim já referido. Os testes de diagnóstico não são alvo de classificação.

A avaliação dos pré-requisitos é a forma de avaliação diagnóstica através da qual se verifica se o formando possui as aprendizagens anteriores necessárias para que novas aprendizagens tenham lugar. Um pré-requisito é uma aprendizagem anterior requerida e imprescindível para a nova aprendizagem.

1.2.2 - A avaliação formativa

A avaliação formativa visa a retroalimentação de todo o processo de formação.

A avaliação formativa realiza-se ao longo de todo o processo ou ação, em todas as situações de aprendizagem, sobre cada objetivo. A avaliação formativa identifica situações de aprendizagens mal conseguidas, informa sobre medidas corretivas a tomar. Incide como o tipo de avaliação anterior, em cada objetivo de formação.

Os testes formativos são semelhantes aos de diagnóstico. Um teste formativo incide num número reduzido de objetivos, à volta dos quais se elaboram várias perguntas.

Os formandos devem ser informados ao longo da aprendizagem dos objetivos a atingir. Para tal, o formador constrói dois instrumentos complementares:

- registo dos objetivos da unidade;
- nível de consecução desejável;
- conteúdos e provas de avaliação a realizar durante a unidade.

O formando registará no documento os objetivos já atingidos, o que lhe permite orientar melhor os seus esforços na aprendizagem.

Registo de resultados - o formador vai registando num documento semelhante ao do formando os níveis de consecução de cada formando.

- o perfil de aptidões da turma/grupo - no final de cada prova, é possível obter-se um somatório de consecução de aprendizagens de todos os formandos, por objetivo.

Deste modo, formandos e formador gerem com mais eficácia o seu tempo de formação e escolhem os meios de remediar situações de insucesso.

1.2.3 - A Avaliação Somativa

A avaliação sumativa procede a um balanço das aprendizagens e competências adquiridas no final de um módulo ou unidade de formação. A avaliação sumativa visa uma seriação e portanto presta-se a uma classificação. Quaisquer que sejam as escalas, a classificação deve ser explicitada aos formandos e discutidas as razões da escolha de determinada escala. Completa-se o ciclo da avaliação.

A avaliação somativa:

- equilibra a avaliação formativa - revela as aprendizagens já consolidadas e as que entretanto não se consumaram;
- informa sobre os assuntos ou objetivos mais difíceis de ensinar e aprender para a generalidade dos formandos;
- informa sobre o sucesso ou insucesso de certas metodologias;
- permite comparar resultados globais de programas de formação aplicados a grupos semelhantes ou diferentes. Avalia a própria formação;
- é um instrumento de tomada de decisão.

Os testes somativos incidem sobre um conjunto vasto de objetivos e informam sobre as aprendizagens mais significativas. A elaboração de um instrumento de avaliação somativa decorre dos seguintes princípios:

- seleção dos objetivos a testar, de modo a testar todos os objetivos ao longo do módulo;
- determinação da importância relativa de cada objetivo e área de conhecimento, tendo em atenção o seu desenvolvimento nas sessões. O peso da respectiva classificação decorre dessa importância;
- seleção do tipo de perguntas adequadas para testar o objetivo;
- escolha de graus de dificuldade diferentes para os itens e adequada classificação de cada item.

Um instrumento de avaliação somativa é sempre corrigido pelo formador. O registo numa matriz de todas as classificações do grupo de formação, por item, dará uma visão completa e real do sucesso das atividades de formação. Poder-se-á deste modo avaliar as decisões tomadas e a tomar.

1.3 - A avaliação no processo de ensino de Jovens e Adultos

Conforme as orientações gerais da Secretaria da educação e Cultura e da Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos – COEJA a avaliação é parte fundamental no processo educativo, tendo como objetivo a verificação da aprendizagem, das competências e habilidades adquiridas pelo aluno.

A Educação de Jovens e Adultos está fundamentada na lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB – Lei nº 9.394 de 20/12/96, que consagra a Educação Jovens e Adultos como uma modalidade específica da Educação Básica, visando promover a escolarização ou continuidade de estudos daqueles que não puderam ter acesso ao Ensino Fundamental e Médio, na faixa etária regular, estabelecidas na Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para educação de jovens e adultos, Resolução CEB/CNE, nº 01/2000.

Os avanços alcançado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB anunciam, em diferentes artigos, uma forma mais atualizada de entender e praticar o processo avaliativo. Em outras palavras, busca flexibilizar e descentralizar o ensino, substituindo o esquema de burocracia e centralização que inspirou as ações da educação nas últimas décadas.

A análise da Lei 9.394 considera a autonomia, a flexibilidade e a liberdade como meios necessários ao resgate dos compromissos da escola e dos educadores com uma aprendizagem de qualidade. Educadores de jovens e adultos identificados com esses princípios têm procurado, nos últimos anos, reformular suas práticas pedagógicas, atualizando-as ante novas exigências culturais e novas contribuições das teorias educacionais.

As escolas têm autonomia para elaborar seu próprio projeto pedagógico, definindo suas normas disciplinares e o sistema de avaliação. É o que nos mostra a LDB no seu artigo nono que destaca a importância da escola elaborar e executar sua proposta pedagógica e de criar meios para a recuperação de alunos de menor rendimento – o importante é que o aluno aprenda.

Também no artigo vinte e quatro determina que a verificação do rendimento escolar deva ser feito a partir de uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, em que os aspectos qualitativos predominam sobre os aspectos quantitativos. O que nós mostra que a nota não é tudo e que podemos e devemos usar outros meios para verificar se o aluno está realmente aprendendo. A lei também abre caminhos para mecanismo de aceleração de aprendizagem para alunos em atraso, como já vem acontecendo nas escolas e instituições filantrópicas.

A avaliação, sem dúvida, constitui uma etapa necessária ao processo ensino-aprendizagem. Entretanto, as distorções pelas quais o processo avaliatório tem-se realizado no dia a dia de nossas escolas têm colaborado para a expulsão de grande parte da população dos bancos escolares. No caso da educação de jovens e adultos, as implicações do fracasso que uma avaliação concebida de forma errônea ajuda a legitimar podem significar um caminho sem volta para o desenvolvimento da cidadania crítica e participativa.

Capítulo II - O Equívoco da infantilização do Adulto: Concepção da educação sobre os alunos da EJA

Segundo Pinto (1993) A concepção ingênua do processo de educação de adulto deriva do que se pode chamar uma “visão regressiva”. Considera o adulto analfabeto como uma criança que cesou de desenvolver-se culturalmente. O adulto é considerado assim, um “atrasado”.

Enfatiza que esta concepção, além de falsa e ingênua, é inadequada porque deixa de encarar o adulto como um sabedor e ignora o processo de evolução de suas faculdades cerebrais. Diz que esta concepção conduz aos mais graves erros pedagógicos pela aplicação ao adulto de métodos impróprios e pela recusa em aceitar os métodos de educação integradores de homens em sua comunidade.

Hoffmann (1993) diz que: o aluno não aprende porque não tem a oportunidade de revelar o que pensa discutir suas idéias, elucidar suas dúvidas. Pois muitos professores classificam seus alunos de “capazes” e “incapazes” sem sequer lhes dá uma chance de provar o contrário. O que nos leva a pensar que é a falta de conhecimento que o professor apresenta quanto às questões de aprendizagem. Hoffmann também diz que a aprendizagem deve ser concebida como sucessão de aquisições constantes e dependentes da oportunidade que o meio oferece, devemos assumir o compromisso diante das diferenças individuais dos alunos.

“construtivismo significa isto: a idéia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento.” (Becher, 1993, p, 88-89).

Na teoria construtivista é essencial a interação entre iguais para o desenvolvimento do conhecimento lógico-matemático. O aluno, discutindo com seus colegas, muitas vezes compreendem mais rápido o que não entendeu. O aluno deve ser colocado em situações-problemas que desencadeiem vários pontos de vista e que os levem a encontrar uma solução dentre várias alternativas colocadas. Hoffmann (páginas 46, 47, 51 e 73).

Segundo Maria Celina (1998, pg. 38), A avaliação deverá ser realizada mediante a obtenção de informações precisas, em etapas sistemáticas, sobre os conhecimentos do indivíduo e de sua formação. O conhecimento será expresso pelos seus desempenhos frente às tarefas propostas.

A avaliação deve ser um processo holístico, não fragmentado, contextualizado no processo de ensino aprendizagem de forma democrática, onde os elementos envolvidos avaliam e são avaliados, conforme os valores e os pressupostos do projeto pedagógico. Segundo Guerra (1992, pág. 22):

“A avaliação não pode levar em conta só os objetivos propostos, mas também a formação do indivíduo de forma integral. Por outro lado não pode voltar-se exclusivamente para o aluno mas para a estrutura como um todo, só assim ela poderá contribuir para a melhora do processo como um todo”.

Temos que pensar na avaliação como todo, o grupo de educadores deve estabelecer os critérios básicos da qualidade almejada, propor pontos de chegada e são esses critérios que vão orientar a avaliação. O processo avaliativo não pretende uma melhora só da aprendizagem, mas da racionalidade e da justiça nas práticas educativas. Segundo Luchesi, (1992, p.52):

“A avaliação não pode ser utilizada só com função classificatória, mas como instrumentos de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que ele possa avançar no seu processo de aprendizagem. Deste modo a avaliação não seria somente um

instrumento de aprovação ou de reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de sua situação, em vista a definição de encaminhamentos adequados para sua aprendizagem”.

Paulo Freire em *Pedagogia da autonomia* (1996) nos chama a atenção sobre o exercício do bom senso. Neste sentido, quanto mais pomos em prática de forma metódica a nossa capacidade de indagar, de comparar, de duvidar, de aferir, tanto mais eficazmente curioso nos podemos tornar e mais crítico se pode fazer o nosso bom senso. O exercício ou a educação do bom senso vai superando o que há nele de instintivo na avaliação que fazemos dos fatos e dos acontecimentos em que nos envolvemos. Diz que a escola deve está engajada na formação de educandos e educadores, que não devem alhear-se as condições sociais culturais, econômicas de seus alunos, de seus familiares e seus vizinhos (pg. 62, 63 e 64).

Para Freire, não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. “A avaliação não é um ato pelo qual o professor avalia alunos, mas um processo pelo qual ambos se avaliam uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos porventura cometidos” (Freire, 1976).

2.1 - As Funções Sociais da Escola

A escola tem uma contribuição muito rica na sociedade e na vida das pessoas, alunos, pais, professores e funcionários recebem diariamente ganhos maravilhosos que diz respeito ao social, ao cognitivo, ao emocional e ao humano.

Este ambiente é visto e precisa ser visto como unidade executora do saber, da capacidade e do cuidar, são estes ingredientes que forma e transforma atitudes e pensamentos. A escola é vida, é conhecimento, é oportunidade de crescimento.

A escola é a unidade de ensino que lida com o social, com o emocional, com o cognitivo. Com objetivo e o desejo explicito, o pleno desenvolvimento das potencialidades e capacidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos.

Por meio da participação na aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) que, deve acontecer sempre na vida do educando de maneira interdisciplinar, desenvolvendo, nos mesmos a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos e ativos na sociedade em que vivem.

A uma grande meta e um fantástico desafio da escola, fazer com que a unidade de ensino favoreça o aprendizado e o crescimento dos alunos, onde esta instituição deixe de ser apenas um lugar voltado exclusivamente de conteúdos, mais um momento rico de diálogos, um ponto de encontro, além disso, encontro com o saber com novas descobertas, e que os mesmos aprendam de forma prazerosa.

A instituição de ensino deve mobilizar e oferecer diversas situações que favoreçam e promova o crescimento do aprendizado, onde possa haver união, paz e reconhecimento, visando ter sede em aprender, em buscar cada vez mais conhecimentos e formações.

É preciso ter entendimento sobre a importância desse aprendizado, como é transmitida esta aprendizagem, para assim garantir o futuro do aluno. A escola tem a missão de fazer com que o aluno compreenda que mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma formação cognitiva abrangente, que garanta seu espaço no mercado de trabalho.

Ainda segundo Freitag 9 1980, p. 17):

“A educação é responsável pela manutenção, integração, preservação da ordem e do equilíbrio, e conservação dos limites do sistema social. E reforça “para que o sistema sobreviva, os novos indivíduos que nele ingressam precisam assimilar e internalizar os valores e as normas que regem o seu funcionamento”.

Através da contribuição do autor, contribuição esta riquíssima para nossa aprendizagem, podemos constatar a verdadeira importância que a educação assume na nossa vida e em nossa personalidade. A educação é a base de todas as conquistas, da melhoria da sociedade.

Saviani (2000, p.36) vem enfatizando; que a respeito do homem considera “(...) existindo num meio que se define coordenadas de espaço e tempo. Este meio condiciona-o

determinado-o em todas as suas manifestações”. Vê-se a relação da escola na formação do homem e na forma como ela reproduz o sistema de classes.

A educação, em especial a escola direciona valores e sentidos a vida dos indivíduos, a escola tem esta grande missão motivar e engajar os alunos em atividades que façam com que os mesmos cresçam e evoluam.

Quando falamos de ambiente propício do saber e do conhecimento, indagamos referente ao ambiente escolar, que ele precisa além de ser preciso se acolhedor e motivador.

Para Duarte (2003) assim como para Saviani (1997) o trabalho educativo produz nos indivíduos a humanidade, alcançando sua finalidade quando os indivíduos se apropriam dos elementos culturais necessários a sua humanização.

A cultura, a educação, a boa relação com o próximo, à construção de sentimento, de cidadão, faz com que possamos tomar atitudes coerentes e precisas, que faz com que cada vez mais crescimentos.

A educação bem assistida e uma escola capacitada de informações e profissionais preocupados com a aprendizagem dos alunos, este ambiente crescerá de maneira significativa e precisa.

A ação social da escola, sobre os sujeitos ali envolvidos são tão forte, que ela consegue se agarrar, se fixar de forma tão marcante no indivíduo que muitas das vezes aos educandos, vão se moldando e moldando a proposta escolar, de maneira simples mais extremamente significativa para construção da personalidade.

Vejamos os ensinamentos de Santos (1992. P.19):

“É através do processo educativo, da socialização das novas gerações que, em vez de moldarmos, o indivíduo, vamos engrandecê-lo, torná-lo uma criatura humana. É verdade que o engrandecimento do indivíduo dá-se pelo próprio esforço individual, mas é o sistema de educação que, embora se imponha de modo irresistível aos indivíduos, permite tal fato, pois é ele que salvaguarda e preserva todos os frutos da experiência humana, facilitando a transmissão de geração a geração”.

Mediante interpretação do autor, seguiremos a mesma compreensão, onde sentimos alegria e força de vontade em perceber a evolução do ser humano com o mundo da educação. Este contato direto com o saber e com novas gerações, conhecimentos e informações, são essenciais e fundamentais para o crescimento da humanidade.

Santos, aborda de forma complementar, com uma visão muito precisa segura e clara sobre a razão da escola:

“Independente das novas funções sociais que a escola assume, decorrentes da complexidade da sociedade atual, permanece a sua função precípua: socialização do saber sistematizado. A escola, como instituição social, não se encarrega daquele saber empírico, espontâneo, do senso comum, que surge da experiência cotidiana dos indivíduos. Este tipo de conhecimento é expectativa e diz respeito à opinião, conseqüentemente não deve ser objeto de trabalho escolar. [...] o conhecimento que diz respeito à escola é entendimento, é ciência, o conhecimento metódico, conhecimento sistematizado. Assim o papel da escola como instituição é precisamente o de socializar o saber sistematizado (1992. P.19) ”.

Como já foi enfocada anteriormente, mais reforçada aqui pela fala do autor em enfoque, a escola tem a responsabilidade de fazer brotar o desejo de buscar e a conquista do aprender, a escola é a instituição designada e referenciada para despertar olhares, atitudes, valores e saberes em todos os indivíduos que a mesma atende.

2.2 – A EJA e a formação para o Trabalho

Sabemos que hoje o mercado de trabalho está competitivo. Pessoas estão se valorizando mais e mais, buscando melhor aproveitamento e oportunidades no mercado de trabalho. Para que isso ocorra, se faz necessário estudar, buscar novas metodologias para se aprimorar. Alunos que fazem a EJA, tem também essas oportunidades. Existem muitos alunos que estudaram na EJA e hoje estão ocupando cargos em diversas empresas, setores públicos

dentre outros. Para que haja uma harmonia, o profissional deve estabelecer relações de bem estar, de paciência e conduzir da melhor forma possível, um diálogo entre a classe, para que os mesmos busquem mais estudar e um dia se destacar no mercado de trabalho.

Capítulo III – EJA: Um olhar sobre o contexto observado

Podemos considerar o problema de aprendizagem como um sintoma no sentido de que o não aprender não configura um quadro permanente, é necessário para conhecer a adequação do instrumento às demandas da aprendizagem, o déficit alimentar crônico produz uma distrofia generalizada que abrange sensivelmente a capacidade de aprender, também são fatores importantes às condições de abrigo e conforto para o sono.

As desordens específicas na aprendizagem encontram-se ligadas freqüentemente a uma indeterminação na naturalidade do sujeito. Tal dificuldade sempre pode ser diagnosticada multifatorialmente, e sua especificidade residem na dificuldade na acomodação, nestes casos o tratamento psicopedagógico alcança um rápido êxito quando o diagnóstico é correto e a estimulação apropriada.

O problema de aprendizagem pode surgir como uma reação neurótica à interdição da satisfação, seja pelo afastamento da realidade e pela excessiva satisfação na fantasia, seja pela fixação com a parada de crescimento na criança. Os problemas de aprendizagem não podem considerar-se como “erro” no sentido de Freud, porque são perturbações produzidas durante a aquisição e não nos mecanismo de conservação e disponibilidade, embora estes aspectos mereçam consideração, o não aprender se constitui como inibição ou sintoma sempre que se dêem outras condições que facilitem este caminho. (Freud, em Obras completas, Vol. III Biblioteca Nueva, Madrid, 1968).

O conceito de dificuldade de aprendizagem tem sido definido de formas diferentes na literatura sobre o assunto. Termos como distúrbios de aprendizagem, distúrbio psiconeurogênicos de aprendizagem, disfunção cerebral mínima, dislexias, e outros, são utilizados para designar situações freqüentemente coincidentes, criando-se confusão na classificação e na avaliação de crianças com problemas de aprendizagem. Estes conceitos são frutos de pesquisas desenvolvidas em países que apresentam uma realidade social, econômica e política diferentes da realidade brasileira, não podendo ser incorporados a nossa prática sem uma adequada avaliação crítica.

Mais problemático ainda é o diagnóstico de DCM passar a ser suspeitado, de forma crítica e superficial, por profissionais da área de educação, mais uma vez procurando colocar na criança as causas das dificuldades de aprendizagem, encobrando evidentes problemas pedagógicos e sociais fartamente encontrados em nossas instituições educacionais.

Profissionais da área de Psicologia diante de casos mais complicados, que apresentem comportamento hiperativo, sentem-se inseguros no seu diagnóstico e solicitam avaliação neurológica do caso em questão. Por outro lado, o neurologista com pouca experiência na avaliação de crianças com dificuldades de aprendizagem, confirma o diagnóstico do DCM, passando a criança a ser vista como doente freqüentemente esquecendo-se as condições onde o processo de ensino-aprendizagem está ocorrendo.

Um outro exemplo pode ser situado na correlação entre desnutrição e dificuldade de aprendizagem. Esta correlação é freqüentemente levantada na avaliação de crianças provenientes de grupos sociais de baixa renda. Na literatura, encontramos grandes divergências entre autores que pesquisam este assunto, sendo praticamente impossível, principalmente na espécie humana, separa-se a desnutrição da carência de estimulação e da carência afetiva.

Alguns autores afirmam que a criança com dificuldades de aprendizagem na escrita e na leitura pode ter tido dificuldades na aquisição da fala, o que justificaria a importância da participação de fonoaudiólogos para uma avaliação.

A importância básica e fundamental das relações objetivas, das correlações afetivas e das representações inconscientes dos indivíduos envolvidos num processo de ensino aprendizagem evidencia a necessidade da participação do psicólogo.

É importante focar a necessidade de se diferenciar com cuidado as crianças com dificuldades de aprendizagem das crianças com dificuldades escolares. As maiorias das crianças brasileiras que apresentam dificuldades escolares não podem ser consideradas como possuidoras de problemas em qualquer uma das áreas citadas. Mas são, com mais possibilidade, como já dissemos, reveladoras da incompetência das instituições educacionais no desempenho de seu papel social.

O problema de aprendizagem é considerado como o sintoma que expressa algo e possui uma mensagem. Assim, o não aprender tem uma função tão integradora quanto o aprender. A aprendizagem é um processo dialético, que se dá através da presença de um objeto e envolve o que Piaget (1983) denominou de processos de assimilação e acomodação. Portanto a aprendizagem se desenvolve dentro de um campo de relações.

A origem do problema de aprendizagem pode estar relacionada com o modelo de relação vincular que cada criança estabelece e que foi desenvolvido e articulado nas suas

primeiras relações com a mãe, num determinado contexto familiar. Esse modelo de relação vincular tende a ser reproduzido na escola. Enrique Picho-Riviere (1982) afirma:

“o vínculo pode ser definido como uma relação particular com o objeto, que tem como consequência uma conduta mais ou menos fixa com este objeto, formando uma pauta de conduta que tende a se repetir automaticamente tanto na relação interna como na relação externa com o objeto”.

A noção de vínculo pertence ao campo psicossocial e tem por objeto a investigação que parte do indivíduo para fora, no âmbito das relações interpessoais. O ser humano é um ser integral bio-psico-cognitivo-social-histórico-espiritual não é psicológico de um lado, biológico do outro, político de um terceiro e assim por diante. Nosso corpo é a sede de todas nossas experiências, conosco mesmos, com o outro, com a natureza, com o divino; somos unos.

A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido (Luckesi, 2000, pg. 85).

3.1 - O que pensa os educadores sobre o Processo de Avaliação na EJA

Sobre este aspecto, foi elaborado um questionário sobre o processo avaliativo na EJA. Essa pesquisa foi entregue aos professores do turno da manhã da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Odilon Alves Pedrosa no município de Sapé e os resultados mostraram alguns pontos importantes como:

- Avaliação na Educação de Jovens e Adultos deve ser diferenciada do contexto da avaliação no ensino regular;

- Os alunos em sua boa parte têm a boa vontade de aprender, porém o dia cansativo de trabalho não colabora para uma boa assimilação das atividades em sala;
- Os conteúdos aplicados em sala de aula devem ser desmistificados. Ter uma oralidade de acordo com o aluno;
- Trabalhar uma forma avaliativa com os princípios da confiança e sensibilização trabalhando sempre a sua autoestima.
- Ser mediador na aprendizagem dos alunos, possibilitando o acesso dos mesmos a novos elementos.

Diante dessa análise, verificamos que a aprendizagem na EJA não deve ser encarada como uma coisa de outro planeta. Até porque, o método de ensino é igual ao do ensino regular, porém a questão em si, é de que maneira iremos aplicar estes conteúdos para que os mesmos possam assimilar conceitos, funções bem como ter desenvolvimentos com conteúdos em sala de aula.

Dessa forma, visamos uma aprendizagem mais evolutiva. Os alunos apesar de não ter tantas condições físicas, devido a um dia pesado de trabalho, mas há sim a busca do aprender apesar das dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir nosso trabalho, observamos uma mudança em nossa maneira de ver os “problemas” de avaliação que tanto nos têm preocupado. Dessa forma, devemos ver a ação avaliativa a partir de uma ação pedagógica que respeite o aluno, desafiando-o a evoluir.

Conforme nos diz Hoffmann (1993), se a avaliação na vida tem gosto de recomeçar, de partir para melhor, de fazer muitas outras tentativas, por que, na escola, se mantém o significado sentencioso, de constatação, provas de fracasso, periodicidade rígida? Temos que mudar essa visão e procurar entender melhor nossos educando para que os mesmos veja a avaliação como algo prazeroso com gosto de recomeço.

Constatamos que questões de políticas públicas, de ações alternativas promovidas por vários setores e movimentos sociais, de propostas pedagógicas específicas, de implicações práticas das diferentes concepções, dentre muitas outras, têm se constituído em objeto de estudo sobre diferentes aspectos da EJA, da alfabetização em suas várias modalidades. Observamos também, que o ensino fundamental é destinado a candidatos com idade superior a 14 anos ou que estejam completando, na data da matrícula e que o primeiro segmento equivale às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental. Notamos também uma grande preocupação em analisar e compreender os processos de ensino por que passam essas pessoas que permanecem muitos anos sem escolaridade, excluídas do sistema educacional. Conforme Luckesi (2000, pg. 121) tanto do ponto de vista do sistema educativo (governos federal, estadual e municipal) quanto do educador “é preciso estar interessado em que o educando aprenda e se desenvolva, individual e coletivamente”.

Para o desenvolvimento da pesquisa, averiguamos o ato de avaliar, a partir da visão dos educadores e estudiosos dessa temática como Hoffmann, Luckesi, entre outros. foi realizado também um levantamento a respeito dos assuntos que foram objeto de estudo no que se refere à EJA e que relacionam-se com o tema em estudo.

Concordamos com Luckesi (2000, pg. 121) quando diz que se todos os professores deste país desenvolverem com proficiência a sua atividade profissional estaremos dando um grande passo no sentido de possibilitar às nossas crianças, jovens e adultos condições de crescimento. Também deixa claro que na prática da aferição do aproveitamento escolar, os professores realizam, basicamente, três procedimentos sucessivos:

- Medida do aproveitamento escolar;

- Transformação da medida em nota ou conceito;
- Utilização dos resultados identificados.

Tal descrição delimita um quadro empírico, que nos permitirá, posteriormente, abstrair características que nos indicarão se os atos de aferição do aproveitamento escolar, praticados pelos professores, são de verificação ou avaliação.

Diante dos estudos realizados e trazendo para os dias de hoje, constatamos que os professores praticam tanto a verificação como avaliação. E que depende de instituição para instituição e de professor para professor, pois cabe a escola, e somente a ela, baseada no princípio de sua autonomia de definir a sua proposta pedagógica, onde o processo de verificação de aprendizagem é um dos elementos de maior importância, definindo sobre formas e metodologia a serem utilizadas na avaliação da aprendizagem dos alunos.

Conseqüentemente, é preciso que os educadores sejam capazes de produzir uma aprendizagem de qualidade com a liberdade, a autonomia e a flexibilidade. Na LDB, Lei 9.394, no seu Capítulo II, evidencia que a escola e seus profissionais devem fazer uso de sua criatividade para então gerarem formas e métodos avaliativos adequados às características dos discentes, respeitando as diferenças de cada um.

Podemos concluir que a avaliação ocorre de forma simples nos nossos atos do cotidiano e com as experiências do dia a dia. Que a prática da avaliação tem que ser uma prática de investigação para a partir desses conhecimentos, dessa compreensão nós possamos então ter uma ação mais adequada.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ítalo de Souza. Como escrever artigos científicos - sem ardeios e sem medo da ABNT. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

FREIRE, Paulo, Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch, Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade – Porto Alegre, 1993.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. - 10ª ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

MELCHIOR, Maria Celina, o Sucesso escolar através da avaliação e da recuperação. Novo Hamburgo: S. ed., 1998.

PARENTE, Sônia M^a. B. A RANNA, Wagner, o pediatra e a criança hospitalizada. In: Ação Psicoprofilática do pediatra. São Paulo, Sarvier, 1979.

PINTO, Álvaro Vieira, Sete lições sobre educação de adultos. - 8ª ed. - – São Paulo: Cortez, 1993.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental - São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1997.

<http://formacao.fikaki.com/manual/avaliacao-aprendizagem/tipos-avaliacao/> (Acesso em 08/07/2014 – 22h00min)